

SUPERINTENDENCIA REG ADMINISTRACAO DO MGI-SP

Termo de Referência 5/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
5/2026	170131-SUPERINTENDENCIA REG ADMINISTRACAO DO MGI-SP	PATRICIA DESSIMONI RAUCCI MENDONCA	04/05/2026 12:10 (v 0.7)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra		10880.000661/2025-97

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 10880.000661/2025-97)

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. Contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços contínuos de engenharia, abrangendo a operação, manutenção preventiva e corretiva dos sistemas prediais, inclusive sistemas de climatização (ar-condicionado), nos imóveis sob a jurisdição dos órgãos participantes (PRFN/3ª Região, SRTE/SP e SPU – Santos /SP), localizados no Estado de São Paulo, com fornecimento de mão de obra com dedicação exclusiva e de materiais necessários à execução dos serviços, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

GRUPO ÚNICO						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTI-DADE	VALOR UNITÁRIO (MENSAL)	VALOR UNITÁRIO (60 MESES)
1	POSTOS DE TRABALHO (MÃO DE OBRA COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA)	1627	MÊS	60	R\$ 301.650,42	R\$ 18.099.025,20
2	DESPESAS EXTRAS FIXAS	1627	MÊS	60	R\$ 41.488,95	R\$ 2.489.337,00
3	DESPESAS VARIÁVEIS COM PERNOITES, ALIMENTAÇÃO E DESLOCAMENTOS	1627	MÊS	60	R\$ 27.709,86	R\$ 1.662.591,60
4	DESPESAS VARIÁVEIS COM MATERIAIS DE REPOSIÇÃO (Tabela prioritária - SINAPI /SP e Tabelas subsidiárias - CDHU/SP e PMSP para materiais sem equivalência no SINAPI)	1627	MÊS	60	R\$ 34.762,25	R\$ 2.085.735,00
VALOR GLOBAL					R\$ 405.611,48	R\$ 24.336.688,80

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comum(ns)**, pois consiste em atividade disponível no mercado, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, conforme previsto no art. 6º, inciso XLI, da Lei nº 14.133/2021. Não há necessidade de emprego de técnicas especializadas ou soluções customizadas, sendo possível estabelecer critérios claros e padronizados no edital.

### **Classificação do objeto quanto ao modelo de execução**

1.3. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que as necessidades de manutenção e conservação predial e de sistemas de ar-condicionado serem de frequência alta e regular para todos os imóveis, além de ser um serviço essencial para a adequada prestação de serviço público, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar;

### **Prazo de vigência**

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **60 (sessenta) meses** contados da **data de assinatura do contrato**, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. O contrato atenderá diretamente às necessidades de três órgãos, com despesas rateadas entre eles: a Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional - 3ª Região (PRFN3), a Superintendência do Patrimônio da União (SPU), e a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de São Paulo (SRTE/SP).

1.6.1. Atualmente, por meio de compartilhamento de espaços nos imóveis englobados nessa contratação, há órgãos que serão atendidos pela Contratada: a Advocacia Geral da União nos imóveis da PSFN Guarulhos e GRTE Ribeirão Preto; e o Ministério Público Federal na PSFN São José do Rio Preto;

1.6.2. Eventualmente podem ser assinados novos Termos de Compartilhamento de Espaços para os imóveis atendidos por esta contratação, não alterando o escopo e rotinas de manutenção previstos para esta contratação;

1.6.3. Nas medições mensais, serão previstas as emissões de 3 (três) notas fiscais para quitação dos valores correspondentes a cada órgão atendido (PRFN3, SPU e SRTE/SP).

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **2026**, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 00489828000155-0-000007/2026;

II) Data de publicação no PNCP: 14/11/2025;

III) Id do item no PCA: 13, 14 e 15;

IV) Classe/Grupo: 833 - SERVIÇOS DE ENGENHARIA;

V) Identificador da Futura Contratação: 170131-82/2026

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### **Sustentabilidade e Logística Reversa**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Todas as licitantes deverão cumprir os critérios e práticas de sustentabilidade previstos nas leis e normativos que tratam sobre o tema, em especial as leis: Lei nº 12.305/2010, Lei nº 9.605/1998, Lei 13.146/2015. Os decretos: Decreto nº 7.746/2012, o Decreto 9.178/2017, o Decreto nº 6.949/2009, Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA e a Instrução Normativa nº 01, 10/01/10. Deve-se seguir no que couber o Plano Diretor de Logística Sustentável do MGI (biênio 2024-2026 ou seu substituto), divulgado por meio do link [www.gov.br/gestao/pt-br/central-de-conteudo/publicacoes/planos/planodelogisticasustentavel](http://www.gov.br/gestao/pt-br/central-de-conteudo/publicacoes/planos/planodelogisticasustentavel);

4.2. São considerados critérios e práticas sustentáveis, entre outras:

4.2.1. Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes, informando, se for o caso, o tratamento adotado para o recolhimento dos resíduos;

4.2.2. Substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

4.2.3. Separar e acondicionar em recipientes adequados para destinação específica as lâmpadas fluorescentes, baterias, pilhas, óleos e frascos de aerossóis em geral, demonstrando os procedimentos utilizados para o recolhimento adequado dos materiais;

4.2.4. Manter critérios especiais e privilegiados para aquisição de produtos e equipamentos que apresentem eficiência energética e redução de consumo de energia, classificados pelo Selo Procel de Economia de Energia (um instrumento promocional do Procel Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica coordenado pelo Ministério das Minas e Energia), que comprova a eficiência energética;

4.2.5. Utilizar nas substituições ou nas novas aquisições exclusivamente lâmpadas, painéis leds e luminárias eficientes, realizando a avaliação e implementação de intervenções energeticamente mais eficientes, como a automação da iluminação com uso de sensores de presença;

4.2.6. Priorizar o emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local na execução dos serviços;

4.2.7. Providenciar o recolhimento dos materiais inservíveis e dos recipientes de tintas, vernizes, óleos e solventes originários dos serviços executados, para posterior repasse às indústrias, responsáveis pela reciclagem ou reaproveitamento dos mesmos, ou destinação final ambientalmente adequada, demonstrando os procedimentos utilizados para o recolhimento adequado dos materiais; e

4.2.8. Promover a Eficiência Energética por meio de ações que contemplem a redução do desperdício de energia elétrica advindo da ineficiência dos processos e ou equipamentos nas instalações dos imóveis objetos desta contratação. Essas ações devem contemplar quando da substituição de equipamentos, por outros com

melhor rendimento nos sistemas de iluminação, força motriz, dentre outros. Em suma, qualquer sistema, contanto que comprovada a Eficiência Energética gerada de acordo com as premissas da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

4.3. A CONTRATADA deverá estabelecer procedimentos e rotinas voltadas à logística reversa voltadas aos serviços objeto desta contratação (para este caso, em especial as embalagens e formas de descarte).

4.4. Os materiais empregados pela CONTRATADA deverão atender a melhor relação entre custos e benefícios, considerando-se os impactos ambientais, positivos e negativos, associados ao produto.

4.5. A CONTRATANTE poderá vir a solicitar a substituição de quaisquer itens por outros, com a mesma finalidade, considerados mais adequados do ponto de vista dos impactos ambientais:

4.5.1. baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água (Redação dada pelo Decreto nº 9.178, de 2017);

4.5.2. preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

4.5.3. maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

4.5.4. maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;

4.5.5. maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;

4.5.6. uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais (Redação dada pelo Decreto nº 9.178).

4.6. As licitantes deverão observar o cumprimento da NBR 9050/ABNT e 15575-1 garantindo que sejam cumpridos os requisitos padrões de acessibilidade, além de outros normativos aplicáveis à matéria, sem prejuízo de outras ações não normatizadas que visem a atender o princípio da isonomia, no que se refere à acessibilidade.

4.7. As licitantes deverão observar, no que couber, as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010.

4.8. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a Contratada deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

4.8.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados ou encaminhados a aterro de resíduos Classe A de preservação de material para usos futuros;

4.8.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

4.8.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas; e

4.8.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

4.9. Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

4.10. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, ou do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em

conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR nºs 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004 e outras que se fizerem necessárias.

4.11. Conforme Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, em seu art. 3º, § 2º, as licitantes também deverão providenciar o cumprimento do sistema de logística reversa nas embalagens de tintas usadas na construção civil, conforme requisitos da Lei nº 12.305/2010, contemplando a destinação ambientalmente adequada dos resíduos de tintas presentes nas embalagens.

4.12. As embalagens vazias de tintas imobiliárias são consideradas resíduos de Classe B.

4.13. O §1º do art. 3º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002 conceitua embalagens vazias de tintas imobiliárias, como aquelas cujo recipiente apresenta apenas filme seco de tinta em seu revestimento interno, sem acúmulo de resíduo de tinta líquida. Sendo assim, orienta-se que esse tipo de recipiente seja direcionado para os canais tradicionais de reciclagem já disponíveis ao público em geral. Tais embalagens, constituídas em geral de aço, possuem um valor de revenda significativo, sendo reaproveitadas no processo produtivo de setores como o siderúrgico.

4.14. O destinador final dos resíduos da construção civil deve estar registrado e regular no CTF-Ibama, de sorte que as disposições específicas deste Guia sobre CTF/APP também devem ser seguidas. Serão considerados como obrigação da contratada a observância de critérios e práticas de sustentabilidade do Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União e do Manual Jurídico da Consultoria Geral da União, sem prejuízo das demais normas incidentes sobre o tema.

### **Subcontratação**

4.15. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de **10% (dez por cento)** do valor total do contrato, nas seguintes condições:

4.16. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, abaixo discriminada:

4.16.1. execução de serviços e fornecimento de materiais e mão de obra dedicada para manutenção predial e de sistemas de ar-condicionado para os imóveis relacionados neste Termo de Referência e seus anexos.

4.17. Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:

4.17.1. Serviço de controle e qualidade do ar; e

4.17.2. Elaboração de laudos e relatórios exigidos pela legislação trabalhista e de segurança do trabalho.

4.18. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.19. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.20. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.21. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

4.22. Por se tratar de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, o Contratado terá responsabilidade solidária por atos e omissões do subcontratado que resultem em descumprimento da legislação trabalhista (art. 2º, inciso IV, do Decreto nº 12.174, de 2024).

## Garantia da contratação

4.23. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor **anual** da contratação.

4.23.1 Por se tratar de serviço de engenharia, será exigida garantia adicional do fornecedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta.

4.24. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.24.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.24.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.24.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.24.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.24.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.25. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.26. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.27. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.28. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.28.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.29. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.29.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.29.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.29.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.30. A apólice do seguro-garantia ou a fiança bancária deverá ter cobertura para o pagamento direto ao empregado das verbas devidas em razão da inadimplência do Contratado.

4.30.1 O pagamento direto não pode estar condicionado ao trânsito em julgado de decisão judicial, sendo suficiente decisão definitiva em processo administrativo, que apure o montante devido.

4.31. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.32. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.33. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.34. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.34.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.34.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.35. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.35.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.35.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.36. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.36.1. Por se tratar de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que o Contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;

4.36.2. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;

4.36.3. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços Contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

4.37. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.38. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.39. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

## **Vistoria**

4.40. A vistoria prévia para esta licitação é FACULTATIVA, embora a avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das **9** horas às **15** horas.

4.41. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.42. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

**4.42.1.** Pode ser agendada vistoria em quaisquer dos imóveis atendidos por esta contratação, relacionados no Anexo I do Estudo Técnico Preliminar; e

**4.42.2.** Para agendamento de vistoria, entrar em contato com Nathalia Cruz - (11) 2113-2894 - nathalia.cruz@gestao.gov.br, ou com Paulo Victor Sampaio - (11) 2113-2002 - paulo.sampaio@gestao.gov.br.

4.43. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.44. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

## **Instalação de escritório**

**4.45.** Considera-se imprescindível para a adequada execução dos serviços contratados que o fornecedor possua ou venha a instalar dois escritórios contendo estrutura administrativa e operacional mínimas para atender como bases de apoio às equipes volantes e veículos, sendo uma no município de São Paulo e outra no município de Bauru, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

4.46. A Contratante disponibilizará espaço físico no Edifício Sede da PRFN3 localizados na Alameda Santos, 610, São Paulo/SP, para a Contratada, que verificará previamente o local disponibilizado, a fim de melhor adequar o mobiliário e instalação de equipamentos em geral (equipamentos de informática, ponto de internet, telefone, relógio de ponto, e demais equipamentos necessários) para o bom desempenho dos serviços. Este espaço será reservado para a equipe residente, que trabalhará diretamente neste imóvel.

4.47. A CONTRATADA deverá disponibilizar ou alugar espaço físico para estabelecer uma base de apoio na cidade de São Paulo/SP, que seja bem servido de infraestrutura e possua fácil acesso a rodovias. Esta base deve possuir garagem que comporte ao menos 3 (três) veículos pickups cabine dupla para atender os imóveis localizados na região metropolitana da capital, Vale do Paraíba, Litoral, Região Sul do Estado e Região de Campinas. Deve ser disponível área em torno de 50m<sup>2</sup> para escritório, entre 50 e 100m<sup>2</sup> para Almoxarifado /Depósitos/Oficinas, além de vestiários e local para refeições. Na Planilha de Preços da licitação está sendo considerado o valor de Manutenção desta base, que deverá compreender todos os custos de aluguel, IPTU, despesas de consumo, etc.

4.48. A CONTRATADA deverá disponibilizar ou alugar espaço físico para estabelecer uma base de apoio na cidade de Bauru/SP. O local deve ser bem servido de infraestrutura e possuir fácil acesso a rodovias. Esta base deve possuir garagem que comporte ao menos 3 (três) veículos pickups cabine dupla para atender os imóveis localizados em regiões do Estado não cobertas pela base de São Paulo/SP. Deve ser disponível área em torno de 50m<sup>2</sup> para escritório, entre 50 e 100m<sup>2</sup> para Almoxarifado/ Depósitos/Oficinas, além de vestiários e local para refeições. Na Planilha de Preços da licitação está sendo considerado o valor de Manutenção desta base, que deverá compreender todos os custos de aluguel, IPTU, despesas de consumo, etc.

4.49. As exigências de espaço e garagens apontadas acima são para a disposição dos veículos das equipes volantes e espaços administrativos e de apoio estimados para as equipes de cada base, seguindo-se as determinações da Portaria nº 19.385, de 14 de agosto de 2020, que institui padrão de ocupação e parâmetros para dimensionamento de ambientes em imóveis ocupados por órgãos da Administração Pública Federal.

4.50. Estas providências estão em operação no contrato atualmente vigente.

4.51. Após a contratação, caso seja verificado que operacionalmente há maiores ganhos em se redistribuir o raio de ação de cada base, é possível propor para aprovação da Fiscalização, desde que não acarrete custos adicionais à Administração.

### **Garantia da proposta**

4.52. Será exigida a garantia da proposta no valor correspondente a R\$ 125.000,00 (cento e vinte cinco mil) correspondente a 0,51% (zero vírgula cinquenta e um por cento) do valor total estimado da contratação, **nos termos do artigo 58 caput e §1º, da Lei nº 14.133/2021.**

4.53. A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

4.54. Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação.

4.55. A garantia de proposta poderá ser prestada nas modalidades de que trata o § 1º do art. 96 da Lei 14.133 /2021.

4.56. O licitante deverá constituir a **garantia de proposta até o dia e horário fixados para a abertura da sessão pública**, considerando como marco temporal a data e o horário do efetivo recolhimento, emissão ou contratação do instrumento de garantia, conforme a modalidade escolhida dentre aquelas previstas no § 1º do art. 96 da Lei n.º 14.133/2021.

4.56.1. Para fins de verificação da tempestividade do recolhimento da garantia de proposta, será considerada a **data e o horário constantes no documento comprobatório**, devendo estes anteceder, obrigatoriamente, a abertura da sessão pública. O envio de comprovante referente a garantia constituída após esse momento **acarretará a desclassificação da proposta.**

4.56.2. A **comprovação documental** da garantia de proposta — mediante apresentação do comprovante de recolhimento, apólice, fiança ou documento equivalente — **será solicitada somente após o encerramento da fase de lances**, quando o Pregoeiro, Agente de Contratação ou Comissão de Contratação **convocar os licitantes classificados** para o envio dos referidos documentos.

4.57. Quando houver mais de um licitante classificado com proposta inferior ao valor estimado pela Administração, o Pregoeiro, Agente de Contratação ou Comissão poderá, em ato único e simultâneo, convocar todos os licitantes nessa condição para que apresentem a comprovação da constituição da garantia de proposta, observando-se o prazo comum fixado na convocação.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de execução**

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: a partir da data de assinatura do contrato.

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho: constantes no Estudo Técnico Preliminar, Anexo I deste Termo de Referência.

## **Local e horário da prestação dos serviços**

### **5.2. Os serviços serão prestados nos seguintes endereços:**

5.2.1. Ed. Sede da PRFN3 – Ed. Ilda Zarzur: Alameda Santos, nº 610, Cerqueira César, CEP 01418-002, São Paulo/SP – Área Construída: 16.266 m<sup>2</sup>;

5.2.2. PSFN Campinas: Rua Frei Antonio de Pádua, nº 1.595 Jardim Guanabara, Campinas - SP, CEP 13073-330, Campinas/SP – Área Construída: 2.526 m<sup>2</sup>;

5.2.3. PSFN Guarulhos: Rua Luiz Turri nº 44, Jardim Zaira, CEP 07095-060, Guarulhos/ SP – Área Construída: 1.749 m<sup>2</sup>;

5.2.4. PSFN Jundiaí: Rua Dr. Torres Neves, nº 508, Centro, CEP: 13.201-058; Jundiaí/SP – Área Construída: 1.129 m<sup>2</sup>;

5.2.5. PSFN Marília: Av. Sampaio Vidal, nº 779/789, 6º, 7º e 8º andares, Centro, CEP: 17500-021, Marília/SP – Área Construída: 990 m<sup>2</sup>;

5.2.6. PSFN Osasco: R. Avelino Lopes, nº 170, Centro, CEP 06090-902, Osasco/SP – Área Construída: 541 m<sup>2</sup>;

5.2.7. PSFN Piracicaba: Rua São José, nº 844, Centro, CEP: 13400-330, Piracicaba/SP – Área Construída: 2.694 m<sup>2</sup>;

5.2.8. PSFN Presidente Prudente: Rua São Bento, nº 57, Jardim Petrópolis, CEP: 19060-380, Presidente Prudente/SP – Área Construída: 1.002 m<sup>2</sup>;

5.2.9. PSFN Ribeirão Preto: Av. Professor João Fiusa, nº 2.440, Jardim Canadá, CEP: 14024-260, Ribeirão Preto/SP – Área Construída: 1.425 m<sup>2</sup>;

5.2.10. PSFN São Carlos: Rua Conde do Pinhal, nº 2.185, Térreo, 1º, 2º e 3º andares, Centro, CEP: 13560-648, São Carlos/SP – Área Construída: 901 m<sup>2</sup>;

5.2.11. PSFN São José do Rio Preto: Rua Dr. Gilberto Lopes da Silva, nº 1880, Jd. Walquiria, CEP: 15085-390, São José do Rio Preto/SP – Área Construída: 2.513m<sup>2</sup>;

5.2.12. PSFN São José dos Campos: Rua XV de Novembro, nº 337, Centro, CEP: 12210-070, São José dos Campos/SP – Área Construída: 1.495m<sup>2</sup>;

5.2.13. EDESC SPU Santos: Rua Augusto Severo, nº 7, Centro, CEP 11010-919, Santos/SP – Área Construída: 390m<sup>2</sup>;

5.2.14. ARTE Americana: Rua Padre Manoel da Nóbrega, nº 121, Vila Santa Catarina, CEP 13466-321, Americana/SP – Área Construída: 180m<sup>2</sup>;

5.2.15. GRTE Araçatuba: Av. João Arruda Brasil, nº 1.626, São Joaquim, CEP 16050-400, Araçatuba/ SP – Área Construída: 478m<sup>2</sup>;

5.2.16. GRTE Araraquara: Av. Antonio Lourenço Corrêa, nº 635, Vila Xavier, CEP 14810-138, Araraquara/SP – Área Construída: 1.394m<sup>2</sup>;

- 5.2.17. GRTE Barretos: Av. Vinte e Três, nº 1.302, Centro, CEP 14780-320, Barretos/SP – Área Construída: 999m<sup>2</sup>;
- 5.2.18. GRTE Bauru: Rua Treze de Maio, nº 7-20, Centro, CEP 17015-270, Bauru/SP – Área Construída: 4.079 m<sup>2</sup>;
- 5.2.19. GRTE Campinas: Av. Marechal Carmona, nº 686, Vila João Jorge, CEP 13041-311, Campinas/SP – Área Construída: 3.593m<sup>2</sup>;
- 5.2.20. GRTE Franca: Rua Voluntários da Franca, nº 1.186, Centro, CEP 14400-490, Franca/SP – Área Construída: 293m<sup>2</sup>;
- 5.2.21. ARTE Itapeva: Rua Cel. Acácio Piedade, nº 590/594, Centro, CEP 18400-180, Itapeva/SP – Área Construída: 1.143m<sup>2</sup>;
- 5.2.22. GRTE Jundiaí: Avenida Nove de Julho, nº 401, Centro, CEP 13201-019, Jundiaí/ SP – Área Construída: 1.935m<sup>2</sup>;
- 5.2.23. GRTE Marília: Rua Quinze de Novembro, nº 1.183, Centro, CEP 17504-000, Marília/SP – Área Construída: 1.844m<sup>2</sup>;
- 5.2.24. GRTE Osasco: Praça das Monções, nº 101, 1º andar, Piratininga, CEP 06233-050, Osasco/SP – Área Construída: 159m<sup>2</sup>;
- 5.2.25. GRTE Piracicaba: Av. Santo Estevão, nº 76, Vila Rezende, CEP 13405-249, Piracicaba/ SP – Área Construída: 181m<sup>2</sup>;
- 5.2.26. GRTE Presidente Prudente: Rua Siqueira Campos, nº 202, Bosque, CEP 19010-060, Presidente Prudente/ SP – Área Construída: 2.010m<sup>2</sup>;
- 5.2.27. ARTE Registro: Rua Sinfônio Costa, nº 698, Centro, CEP 11900-000, Registro/SP – Área Construída: 187m<sup>2</sup>;
- 5.2.28. GRTE Ribeirão Preto: Av. Itatiaia, nº 365, Jardim Sumaré, CEP 14025-070, Ribeirão Preto/SP – Área Construída: 3.400m<sup>2</sup>;
- 5.2.29. GRTE Santos: Rua Bras Cubas, nº 190, Centro, CEP 11013-162, Santos/SP – Área Construída: 490m<sup>2</sup>;
- 5.2.30. GRTE São Bernardo do Campo: Av. Newton Monteiro de Andrade, nº 83, Centro, CEP 09725-370, São Bernardo do Campo/SP – Área Construída: 2.633m<sup>2</sup>;
- 5.2.31. GRTE São Carlos: Rua Treze de Maio, nº 2.454, CEP 13560-647, São Carlos/SP – Área Construída: 1.581m<sup>2</sup>;
- 5.2.32. GRTE São José do Rio Preto: Avenida Bady Bassitt, nº 34-39, Centro, CEP 15015-700, São José do Rio Preto/SP – Área Construída: 883m<sup>2</sup>;
- 5.2.33. GRTE São José dos Campos: Rua Coronel José Monteiro, nº 317, Centro, CEP 12210-140, São José dos Campos/ SP – Área Construída: 960m<sup>2</sup>; e
- 5.2.34. GRTE Sorocaba: Rua Ribeirão Preto, nº 182, Jd. Leocadia, CEP 18085-380, Sorocaba/ SP – Área Construída: 1.094m<sup>2</sup>.

5.3 Os serviços serão prestados no seguinte horário: em regime de padrão de 44 horas semanais, de segunda a sexta-feira, durante o horário de funcionamento administrativo dos órgãos e imóveis, contemplando-se 1 hora diária

de intervalo. O calendário de dias de feriado e dias de ponto facultativo a ser seguido deverá obedecer ao calendário de feriados oficial da CONTRATANTE, divulgado formalmente via Portaria. Eventuais alterações de calendário serão avisadas previamente à CONTRATADA.

5.3.1. Segundo a legislação vigente, prevê-se regime padrão de 40 horas semanais para os postos de Assistentes Administrativos. Caso esse regime seja estendido aos demais, será promovido a assinatura de termo aditivo de acordo com os normativos que assim instituírem.

5.4. Deverá a CONTRATADA efetuar a verificação, planejamento e pagamento dos encargos sociais e benefícios (vale alimentação, vale transporte e outros) devidos aos dias trabalhados de acordo com o item 5.3.

5.5. Não há previsão de execução de serviços em horários diversos dos períodos apontados no item 5.3. Serão admitidas as seguintes situações excepcionais:

5.5.1. Eventualmente, poderá haver expediente aos finais de semana para serviços pontuais programados conforme as necessidades da CONTRATANTE;

5.5.2. Em casos emergenciais, a fim de sanar urgências que ponham em risco a integridade dos ocupantes ou das instalações físicas da CONTRATANTE ou qualquer de seus equipamentos e instalações.

5.6. A remuneração de situações dispostas nos itens 5.5.1 e 5.5.2 será feita exclusivamente por meio de banco de horas, seguindo o disposto em convenção ou acordo coletivo das categorias.

### **Rotinas a serem cumpridas**

5.7. A execução contratual observará as rotinas dispostas no Estudo Técnico Preliminar e seus anexos.

### **Materiais a serem disponibilizados**

5.8. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.8.1. Equipamentos de proteção individual e coletiva (quantidades anuais): Avental de pvc preto (ref:ca 39300) -2ud.; Avental de raspa - sinapi 36150-2ud.; Botas impermeável de pvc cano longo, branca - sinapi 36145-6pares; Capacete segurança aba frontal sem tamanho, certificado pelo inmetro - sinapi 12895-20ud.; Capa para chuva em pvc - sinapi 12894-17ud.; Cinto de segurança tipo h 3 pts - sinapi 36148-12ud.; Cone de sinalização amarelo e preto 75cm - sinapi 13244-12ud.; Creme de proteção para pele grupo 1-10ud.; Creme de proteção solar fator 30(bisnaga 120g)-17ud.; Fita para isolamento de área preto/amarelo 7cmx100m - sinapi 42015-8rolos; Kit de aterramento temporário-2kits; Luva de cobertura tipo vaqueta(ref: ca30370)-2pares; Luva de látex natural, antiderrapante, cor laranja, forrada com floco de algodão, cano longo-4pares; Luva de raspa com punho curto - sinapi 12892-6pares; Luva isolante alta tensão, certificado pelo inmetro (sinapi 36147)-2ud.; Luva tricotada pigmentada-13pares; Máscara de solda - sinapi 36141-1ud.; Máscara descartável pff2 com filtro, certificado pelo inmetro-36ud.; Máscara semi-facial com filtro vo-7ud.; Óculos de segurança ampla visão com lente de proteção em policarbonato, com armação em nylon - sinapi 36152-18pares; Óculos de segurança em policarbonato óptico, com armação de nylon, cor fumê-18pares; Protetor auricular tipo concha 15db - sinapi 36143-12ud.; Protetor auricular tipo plug silicone laranja cordão algodão - sinapi 36142-108ud.; Talabarte com absorvedor de energia, certificado pelo inmetro - sinapi 36153-12ud.; e

5.8.2. Ferramentas: alicate ampermetro mod. et-3200-12ud.; alicate crimpador coaxial de compressão-3ud.; alicate de bico 6"-24ud.; alicate de bomba d'agua (peugeot) 10"-17ud.; alicate de corte 6"-25ud.; alicate de crimpar rj-45 cat5 e cat6-3ud.; alicate de pressão 10"-17ud.; alicate desencapador de fio-12ud.; alicate prensa terminal-12ud.; alicate torques 12"-3ud.; alicate universal 8"-25ud.; arco de serra fechado lamina 12"-25ud.; badisco-3ud.; bolsa de lona para ferramentas \*50 x 35 x 25\* cm - sinapi 38399-25ud.; chave de fenda cotoco 1 /4 x 1 1/2 polegada-15ud.; chave grifo 8"-14ud.; chave grifo 10"-14ud.; chave grifo 12"-14ud.; chave grifo 14"-14 ud.; chave grifo 18"-14ud.; chave grifo lavatório 11"-14ud.; chave inglesa 8"-23ud.; chave parafuso de ajuste fusível diazed-6ud.; chave phillips cotoco 1/4 x 1 1/2 polegada-15ud.; desentupidor de pia -8ud.; desentupidor de vaso sanitário -8ud.; escala metrica de madeira com 2m-2ud.; espátula 8cm cabo de madeira-6ud.; esquadro profissional 12" com cabo plastico-3ud.; esquadro profissional 24"-3ud.; estilete profissional

emborrachado 6"-25ud.; ferro de solda-12ud.; grampo tipo c 3"-1ud.; grampo tipo c 6"-1ud.; jogo de chave allen com 12 peças-12ud.; jogo de chave de fenda com 3 peças-19ud.; jogo de chave de fenda e phillips com 7 peças-19ud.; jogo de chave de fenda e phillips isolada com 7 peças-12ud.; jogo de formão com 4 peças-2ud.; lanterna de led-12ud.; lima chata 4"-3ud.; lima chata 10"-23ud.; lima meia cana 6"-3ud.; lima meia cana 10"-23ud.; lima quadrada 8"-3ud.; lima redonda 6"-3ud.; lima redonda 10"-3ud.; lima triangular 8"-3ud.; localizador de cabos ghi 500-3ud.; localizador e teste de cabos (wire e tracker)-3ud.; marreta oitavada 1000g-1ud.; martelo bola grande 1000g-19ud.; martelo bola pequena 500g-19ud.; martelo de borracha 80mm-2ud.; martelo pena 500g-7ud.; martelo unha 27mm-2ud.; nível em alumínio 16"-5ud.; plaina manual n.4-2ud.; punho saca fusível-6ud.; rebiteadeira pop-3ud.; riscador de formica-3ud.; riscador de metais tipo caneta para serralheiro-1ud.; serrote 18"-4ud.; serrote de poda curvo 12"-2ud.; sugador de solda-12ud.; tesoura para chapa 12"-1ud.; trena emborrachada 5m x 16mm com trava-4ud.; computador desktop completo, com acesso à internet. adotar o seguinte modelo como referência: computador dell 11ª geração intel core i5 8gb 1tb, sistema windows 10 ou superior, monitor 21", similar ou de melhor qualidade-6ud.; hd externos de 1 tb ssd-3ud.; pendrives com 64 gb-9ud.; impressora laser multifuncional wireless/usb com funções de impressão monocromática, com scanner com capacidade para várias páginas por vez e copiadora com toner.-3ud.; relógio de ponto conforme legislação vigente-3ud.

## **Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

5.9. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.9.1. Para o dimensionamento de equipe e despesas mensais previstas, foram levados em conta as áreas das edificações, estado de conservação das edificações, avaliação de contratações similares e eficiência das equipes;

5.9.2. Para a composição do custo e formação do preço, foram considerados os valores publicados pelos sindicatos de cada categoria profissional, além de tarifas e preços de mercado dos demais componentes cujos valores não são adotados pelos dissídios e convenções coletivas;

5.9.3. A CONTRATANTE disponibilizará à CONTRATADA o acesso ao sistema vigente de gestão de demandas de manutenção predial e de ar-condicionado, pelo qual a CONTRATADA deverá verificar, diariamente, as demandas para atendimento e registrá-las em planilha disponibilizada na nuvem, para acompanhamento da Equipe de Fiscalização;

5.9.4. As demandas deverão ser atendidas dentro do prazo estabelecido pela Equipe de Fiscalização de acordo com a complexidade do serviço;

5.9.5. Em caso de dúvida sobre a pertinência da demanda, deverá ser consultado a Equipe de Gestão e Fiscalização para esclarecimento;

5.9.6. Demandas não atendidas ou atendidas fora do prazo serão objeto de apuração para fins de aplicação das sanções previstas no Edital e seus anexos;

5.9.7. Apresentar à CONTRATANTE, em até 30 (trinta) dias corridos da assinatura do contrato a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, devidamente registrada junto ao CREA;

5.9.8. As rubricas de aviso prévio indenizado e aviso prévio trabalhado não pertencem aos custos renováveis após o primeiro ano de contratação e serão objeto de descontos na proporcionalidade de sua ocorrência, na Planilha de Custos e Formação de Preços no MÓDULO 3 - Provisão para Rescisão."

## **Especificação da garantia do serviço**

5.10. O prazo de garantia dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## Uniformes

5.11. Os uniformes a serem fornecidos pelo Contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

5.11.1. O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário **(as quantidades abaixo relacionadas são anuais, ou seja, a cada período de 12 meses deverão ser fornecidas as quantidades listadas, considerando-se o número de postos previstos em contrato)**:

5.11.1.1 Bota/Sapato Segurança preta em couro com fechamento em elástico, com forro interno e colarinho acolchoado, com biqueira de aço para os colaboradores da área de mecânica e biqueira isolante para os colaboradores da área de elétrica e solado denso antiderrapante. Referências: Bravo; Brascol - SINAPI 12893- Calça escura em jeans com elastano- 68 und; Calça Jeans escura com elastano - 136 ud.; Camisa Polo Mangas curtas, de algodão, com logotipo da empresa CONTRATADA- 136 ud.; Jaqueta com zíper, com gola, confeccionada em poliéster, com logotipo da empresa CONTRATADA- 34 ud.; Moletom Com gola V, com logotipo da empresa CONTRATADA- 68 ud.; Uniforme Eletricista Com proteção de risco 2, anti-chama, com faixa refletiva - NR10- 9 ud.; e Crachá Confeccionado em pvc com foto recente, com no mínimo: nome da contratada; nome do funcionário; função ocupada e fotografia + cordão presilha com clips jacaré- 34 ud;

5.11.1.2. Devem ser fornecidos: 2 (dois) conjuntos completos ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído 01 (um) conjunto completo de uniforme a cada 06 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após comunicação escrita do Contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação;

5.11.1.3. No caso do Item Crachá em PVC, deve ser fornecida apenas uma unidade no início da execução do contrato, porém o mesmo deverá ser substituído a qualquer época caso não atenda as condições mínimas de apresentação.

5.11.2 As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os seguintes parâmetros mínimos:

5.11.2.1. As peças dos uniformes deverão ser confeccionadas em tecido de boa qualidade, compatível com o clima do Estado de São Paulo, e com o disposto com o respectivo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, duráveis e que não desbotem facilmente. Em caso de não aceitação, os uniformes deverão ser substituídos por outros de marcas ou modelos similares;

5.11.2.2. Todos os funcionários da CONTRATADA deverão exercer seus ofícios devidamente uniformizados, inclusive utilizando calçados apropriados. Os uniformes deverão conter a logomarca da COTRATADA de forma visível;

5.11.2.3. O custo do uniforme não poderá ser repassado ao ocupante do posto de trabalho;

5.11.2.4. Os uniformes dos eletricitas deverão atender ao recomendado pela NR-10 e apresentar Certificado de Aprovação do MTE , sendo a camisa – CA 36377 e calça – CA 36378.

5.11.3. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

5.11.4. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

5.11.5. Os custos dos uniformes estão computados no valor do posto.

## Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.12. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

5.12.1.A CONTRATADA, ao final de cada período de 12 (doze) meses de vigência contratual ou em seu encerramento (casos em que o contrato necessite ser encerrado em períodos não múltiplos de 12 meses),

deverá entregar todos os documentos pertinentes, tais como plantas, layouts, relatórios, gráficos e outros que tiverem sido produzidos;

5.12.2. A CONTRATADA também deverá entregar nos períodos apontados no item anterior um relatório contendo:

5.12.2.1. Relação de equipamentos existentes em cada instalação, indicando o nome do fabricante, modelo, número de série, tipo, capacidade, tensões, corrente nominal e outros dados que se fizerem necessários à perfeita indicação dos equipamentos;

5.12.2.2. Relação de peças e materiais com suas respectivas quantidades em estoque;

5.12.2.3. Fichas com o histórico de manutenção de todos os equipamentos, devidamente preenchidas; e

5.12.2.4. Cronograma das manutenções preventivas efetuadas, especificando os diversos tipos de equipamentos e os meses previstos para sua execução.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Preposto**

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de vigência contratual.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

### **Rotinas de Fiscalização**

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### **Fiscalização Técnica**

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

6.16.1. Quaisquer procedimentos que a fiscalização entenda necessária e afeitas aos serviços para confirmar que os serviços executados pela Contratada atendem às especificações contratuais e do Edital e de seus anexos.

6.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.18. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.19. Para a compensação da jornada prevista no Decreto 12.174, de 2024, e na Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, na hipótese de os trabalhadores prestarem serviços para unidades distintas, caberá ao fiscal setorial fazer a interlocução com os responsáveis pelas unidades de execução onde o trabalhador presta os serviços, para o fim da avaliação sobre a compensação pretendida. Em não havendo designação de fiscal setorial, a competência recairá no fiscal técnico.

6.20. O controle das horas compensadas será feito por meio de registros decorrentes do ponto eletrônico da contratada ou outros meios admitidos pela legislação trabalhista.

6.21. O fiscal técnico deverá incluir no relatório mensal ou no termo de recebimento provisório a informação consolidada sobre compensação de jornada pelos trabalhadores alocados no contrato.

6.22. Caso o período de ausência corresponda a um dia de trabalho, o fiscal observará se foi efetuado o desconto do pagamento do vale transporte na fatura apresentada pela contratada, exceto quando a compensação recair em um dia no qual o trabalhador não exerceria suas atividades.

6.23. O desconto do valor referente ao vale-alimentação só deverá ser realizado se as horas de ausência não venham a ser compensadas posteriormente e a convenção coletiva ou o acordo coletivo aplicável estabelecer que o benefício está vinculado ao dia trabalhado.

6.24. Caso a ausência seja parcialmente compensada, o desconto do valor do vale alimentação será proporcional ao período não compensado.

6.25. Na hipótese de diminuição excepcional e temporária dos serviços, inclusive em razão de recesso de final de ano, o fiscal do contrato, apoiado na decisão do gestor de realizar escalas de revezamento dos trabalhadores, conferirá se a escala apresentada atende às necessidades de manutenção dos serviços de cada unidade, dando ciência ao gestor do contrato.

6.26. O total de horas calculadas para o recesso deverá ser compensado a partir da fixação da escala de revezamento, com cumprimento integral até o mês subsequente ao do recesso.

6.27. O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório, com as seguintes informações:

6.27.1. se o saldo de horas se encontra positivo, caso ainda não usufruído o recesso;

6.27.2. se o recesso foi parcialmente compensado, caso o recesso tenha sido usufruído, mas a compensação não tenha sido concluída;

6.27.3. se o recesso foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou

6.27.4. se há saldo em aberto, com sugestão de glosa no pagamento da fatura, caso a compensação não tenha sido concluída até o mês imediatamente subsequente ao recesso.

6.28. Quando o trabalhador manifestar interesse na compensação de jornada por necessidade de ausência eventual, deverão ser realizadas as seguintes ações:

6.28.1 O trabalhador deverá informar previamente a sua intenção de compensar a jornada ao responsável pela unidade de execução onde desempenha suas atividades;

6.28.2 O responsável pela unidade avaliará a viabilidade da compensação e, em caso de concordância, comunicará o fiscal do contrato;

6.28.3 O fiscal do contrato informará o preposto da empresa sobre a compensação pretendida e a data prevista da ausência do trabalhador; e

6.28.4 Após a formalização da compensação, o fiscal do contrato poderá efetuar o recebimento provisório, informando o saldo de horas a compensar para fins de controle, sem indicação de glosa.

6.29. Neste caso, o fiscal do contrato poderá efetuar o recebimento provisório, informando o saldo de horas a compensar para fins de controle, sem indicação de glosa.

6.30. O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório com as seguintes informações:

6.30.1. se o saldo de horas objeto do recebimento anterior foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou

6.30.2. se o saldo de horas não foi integralmente compensado, com a sugestão de glosa no pagamento da fatura.

### **Fiscalização Administrativa**

6.31. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.32. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.33. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.33.1. Exigência de quaisquer documentos da Contratada que a Fiscalização julgue necessários para comprovar o atendimento à legislação vigente.

6.34. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

6.35. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

6.35.1. No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

6.35.1.1. no primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

6.35.1.1.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

6.35.1.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;

6.35.1.1.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e

6.35.1.2. entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):

6.35.1.2.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

6.35.1.2.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do Contratado;

6.35.1.2.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

6.35.1.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

6.35.1.3.. entrega, quando solicitado pelo Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:

6.35.1.3.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração Contratante;

6.35.1.3.2 cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;

6.35.1.3.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

6.35.1.3.4. . comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado;

6.35.1.3.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato; e

6.35.1.3.6. documentos comprobatórios de que o capital social integralizado da empresa é compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974.

6.35.1.4 entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

6.35.1.4.1. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

6.35.1.4.2. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

6.35.1.4.3. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

6.35.1.4.4. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

6.36. . Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no item 6.35.1.1 acima deverão ser apresentados.

6.37. A Administração deverá analisar a documentação solicitada no item 6.35.1.4 acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

6.38. A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

6.39. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.

6.40. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.

6.41. Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.

6.42. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Cíveis de Interesse Público (Oscip's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

6.43. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

6.44. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB).

6.45. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar ao Ministério do Trabalho.

6.46. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo Contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

6.47. A Administração Contratante poderá conceder um prazo para que o Contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.

6.48. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, o Contratante comunicará o fato ao Contratado e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

6.49. Não havendo quitação das obrigações por parte do Contratado no prazo de quinze dias, o Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados do Contratado que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

6.50. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pelo Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

6.51. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre o Contratante e os empregados do Contratado.

6.52. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pelo Contratado, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

6.53. O Contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

6.54. A inadimplência do Contratado quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

6.55. A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa Seges /Me nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.56. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

6.57. A fiscalização administrativa verificará a possibilidade de compensação de jornada de trabalho, que poderá ser adotada nas seguintes hipóteses:

6.57.1 diminuição excepcional e temporária da demanda de trabalho na unidade de execução, inclusive na hipótese de recesso de final de ano, quando houver; e

6.57.2. necessidade eventual de caráter pessoal dos trabalhadores, em que não se mostre eficiente ou conveniente convocar trabalhadores substitutos.

6.58 As compensações de jornada limitam-se:

6.58.1 à jornada diária máxima de 10 (dez) horas; e

6.58.2. ao acréscimo de 2 (duas) horas à jornada diária do trabalhador.

6.59 A compensação de jornada depende do interesse manifestado pelo trabalhador e da avaliação do responsável pela unidade de execução.

6.60. A fiscalização administrativa acompanhará o planejamento e a programação das férias dos colaboradores terceirizados alocados no contrato, a serem realizados pela contratada, a fim de assegurar a previsibilidade da época de gozo das férias, como previsto no inciso I do art. 3º do Decreto n.º 12.174, de 11 de setembro de 2024, nos termos da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 29 de maio de 2025.

6.61. A programação da fruição das férias será realizada com, no mínimo, sessenta dias de antecedência ao término do período aquisitivo, salvo quando o período aquisitivo se encerrar nos primeiros noventa dias da vigência contratual.

6.62. A contratada poderá solicitar reunião com a fiscalização contratual, antes da definição da programação da fruição das férias, para dirimir eventuais dúvidas sobre as rotinas da prestação de serviço estabelecidas neste Termo de Referência.

6.63. O planejamento será formalizado por meio do relatório de programação de férias, no qual será informada a época de fruição de férias de cada colaborador terceirizado.

6.64. O relatório de programação das férias conterá a relação dos colaboradores terceirizados alocados no contrato, cargo ou função, data de admissão e alocação no posto e informações sobre as férias, incluindo as datas de início e fim do período aquisitivo, do período concessivo e da fruição das férias, caso já estejam programadas, bem como o parcelamento dos períodos de férias, se houver.

6.65. A contratada deverá enviar à fiscalização administrativa:

6.65.1. até o quinto dia útil de cada mês, a partir do segundo mês da execução contratual, o relatório de programação das férias dos colaboradores terceirizados, observados os prazos do art. 5º da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025;

6.65.2. em até 5 dias úteis após a ciência do colaborador terceirizado, o recibo de concessão de férias, conforme o art. 135 da CLT e o inciso IV do art. 50 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

6.66. O planejamento e a programação deverão garantir que as férias sejam fruídas, sempre que a vigência contratual permitir, dentro de doze meses, contados a partir da data do direito adquirido, conforme o art. 134 da CLT, de modo a mitigar as ocorrências de pagamento indenizado, observado o disposto no art. 8º da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025.

6.67. Após a programação das férias, eventuais alterações deverão ser comunicadas à fiscalização administrativa com, no mínimo, noventa dias de antecedência do início da fruição das férias, mediante justificativa, indicando-se, para tanto, um dos motivos elencados no parágrafo único do art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025.

6.68. Em caso de atraso, somente serão admitidas compensações de horário a critério da Contratante, respeitando-se o intervalo mínimo de intrajornadas previsto na legislação trabalhista.

6.69. Quando não houver expediente na unidade onde o serviço é prestado, o Contratado não será descontada e não haverá compensação pelo serviço não prestado.

6.70. No caso de ponto facultativo, caberá à unidade responsável definir, de acordo com a necessidade da unidade, se haverá ou não a prestação dos serviços, sem prejuízo ao Contratado e sem a necessidade de compensação.

6.71. As faltas e atrasos não compensados serão objeto de avaliação, conforme estabelecido no Índice de Medição de Resultado (IMR) - Anexo II deste Termo de Referência.

## **Gestor do Contrato**

6.72. Cabe ao gestor do contrato:

6.72.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.72.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.72.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.72.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.72.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.72.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.72.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.72.8 receber e dar encaminhamento imediato:

6.72.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.72.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

6.73. Para os períodos de diminuição excepcional e temporária de trabalho, inclusive em razão de recesso de fim de ano, o gestor avaliará a conveniência e oportunidade de elaboração de escalas de revezamento dos trabalhadores, comunicando a todas as unidades sobre a possibilidade e os requisitos para concessão (artigo 11 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024).

6.74. Deverá ser observado durante a execução contratual o artigo 8º da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 176, de 25 de novembro de 2024:

6.74.1. Se o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada é diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo paradigma.

6.74.2. A responsabilidade integral da empresa contratada por eventual ônus financeiro de correções salariais e de outras vantagens que resultem de decisão judicial, decorrente de erro ou fraude no enquadramento sindical, bem como pela alteração unilateral da filiação sindical por parte da contratada durante a execução contratual.

6.75. Os órgãos ou entidades contratantes deverão preservar os direitos mais benéficos ao trabalhador durante a execução contratual caso o Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada seja diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo utilizado como paradigma para definição dos custos unitários mínimos relevantes, para fins de repactuação.

6.75.1. A correção dos valores mínimos de remuneração, incluindo salário base e adicionais, e dos benefícios estabelecidos, será realizada com base nas cláusulas de reajuste percentual do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, quando este for diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo paradigma.

6.75.2. A repactuação será realizada com base na apuração da diferença percentual entre os valores previstos no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo anterior e o que entrou em vigor quando inexistir cláusula de previsão de reajuste percentual no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada.

6.75.3. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador caso o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada venha a estabelecer valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos valores estabelecidos na contratação ou superiores à aplicação dos percentuais previstos nesse item.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo II deste Termo de Referência.

7.2. Nos regimes de execução de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação por tarefa, contratação integrada e contratação semi-integrada será adotada sistemática de medição e pagamento associada à execução de etapas do cronograma físico-financeiro vinculadas ao cumprimento de metas de resultado, vedada a adoção de sistemática de remuneração orientada por preços unitários ou referenciada pela execução de quantidades de itens unitários.

7.3. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.3.1. não produziu os resultados acordados,

7.3.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.3.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.4. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.4.1. O IMR e demais mecanismos de avaliação dos serviços prestados deverão ser preenchidos com frequência mensal pelo(s) fiscal(is) técnico(s) e encaminhados ao gestor do contrato até o 5º (quinto) dia útil de cada mês;

7.4.2. Caso não seja observado o prazo do item anterior, será considerado que o serviço foi executado plenamente de acordo com os parâmetros de avaliação.

7.5. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.5.1. Qualidade e uniformidade da equipe;

7.5.2. Apresentação e uniformização;

7.5.3. Cumprimento do horário de trabalho;

7.5.4. Cumprimento das ordens de serviço;

7.5.5. Presteza na execução dos serviços; e

7.5.6. Execução dos serviços de forma eficaz e eficiente.

## **Recebimento**

7.6. No prazo de até 8 dias corridos do adimplemento da parcela, o Contratado deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual.

7.7. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.7.1. Por tratar-se de serviço de engenharia, ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

7.7.1.1. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

7.7.1.2. O Contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

7.8. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.9. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.10. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.11. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.12. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período mensal.

7.13. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.13.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.13.2. o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

7.14. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.15. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.16. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.17. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.18. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.19. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.20. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.20.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.20.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.20.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.20.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.20.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.21. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.22. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.23. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **Liquidação**

7.24. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.25. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.26. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- Vi) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.27. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.28. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.29. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.29.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.29.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.30. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.31. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.32. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.33. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

7.34. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.35. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

7.36. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.37. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.38. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.38.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.39. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Reoneração gradual da folha de pagamento**

7.40. A pedido do Contratado, o preço do contrato poderá ser revisto nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9º-A e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

7.40.1. O pedido de revisão em virtude dos efeitos da Lei nº 14.973, de 2024 deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.40.2. A revisão prevista no acima, caso requerida pelo Contratado, deverá ser instruída com a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços.

7.41. O apostilamento previsto neste item destina-se à formalização administrativa dos valores já ofertados na proposta, quando esta tiver sido elaborada considerando as alíquotas da Contribuição Previdenciária Patronal (CPP) ou da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) legalmente definidas para cada período da vigência contratual, nos termos do regime de transição vigente à data da licitação.

7.42. O valor apostilado a cada período refletirá unicamente a aplicação das alíquotas legalmente previstas e já consideradas na proposta, não configurando revisão contratual, mas mera atualização formal dos preços pactuados.

7.43. A revisão contratual de que trata o art. 134 da Lei nº 14.133/2021 somente será cabível se ocorrer alteração superveniente e imprevisível do regime legal de contribuições previdenciárias, diversa daquela estabelecida pela legislação vigente à data da apresentação da proposta.

7.44. A ausência de consideração, na proposta, das alíquotas legalmente vigentes e das etapas de reoneração já estabelecidas pela Lei nº 12.546/2011 implica assunção integral do risco empresarial pelo licitante, não ensejando direito à revisão de preços ou à majoração contratual.

## **Repactuação**

7.45. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do Contratado.

7.46. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

7.46.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

7.46.2. Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

7.47. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

7.47.1. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.

7.48. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

7.49. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias.

7.50. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

7.51. Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

7.52. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o Contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

7.52.1 Caso, durante a execução do contrato, a atividade preponderante do Contratado sofra modificações, causando mudança em seu enquadramento sindical, a empresa deverá informar à Administração, que promoverá, caso necessário, diligências para verificar a exatidão do enquadramento indicado.

7.52.2. A informação de mudança de enquadramento sindical deverá estar acompanhada de documentação comprobatória.

7.52.3 A hipótese de mudança de enquadramento sindical não ensejará redução de salários e benefícios dos trabalhadores terceirizados

7.52.4. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

7.52.5. Deverão prevalecer os direitos mais benéficos ao trabalhador durante a execução contratual, caso o Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada seja diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo utilizado pela Administração como paradigma para definição dos custos unitários mínimos relevantes, para fins de repactuação.

7.52.6. A correção dos valores mínimos de remuneração, incluindo salário base e adicionais, e dos benefícios estabelecidos, será realizada com base nas cláusulas de reajuste percentual do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, quando este for diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo paradigma utilizado pela Administração.

7.52.7. A repactuação será realizada com base na apuração da diferença percentual entre os valores previstos no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo anterior e o que entrou em vigor quando inexistir cláusula de previsão de reajuste percentual no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, ressalvado o subitem seguinte.

7.52.8. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador caso o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada venha a estabelecer valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos valores estabelecidos na contratação ou superiores à aplicação dos percentuais previstos nos subitens anteriores.

7.52.9 A repactuação dos demais custos relativos à mão de obra, que não estejam discriminados como custos mínimos relevantes pela Administração, terá como base o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada (ou seja, àquele instrumento apresentado pela empresa no momento da licitação).

7.53. Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento Índice Nacional da Construção Civil - INCC, elaborado pela Fundação Getúlio Vargas, ou índice que o substitua em caso de extinção, com base na seguinte fórmula:

$R = V (I - I^0) / I^0$ , onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

$I^0$  = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

7.54. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.55. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.56. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.57. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

7.58. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

7.59. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

7.60. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

7.61. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

7.62. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.63. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao Contratante ou ao Contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

7.64. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

7.65. O Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até 60 (sessenta) dias, contado da data do fornecimento, pelo Contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados.

7.66. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para a comprovação da variação dos custos.

7.67. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.

7.68. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.69. O Contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

7.70. Caso o Contratado esteja sujeito ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.

7.71. A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo Contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.

7.71.1. A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento.

7.71.2. Para fins de aplicação da Súmula nº 374 do TST, o acordo, convenção ou sentença normativa que embasará o pedido de repactuação será:

7.71.2.1. para as categorias profissionais diferenciadas: a do sindicato que representa a categoria profissional diferenciada, desde que, no acordo, convenção ou sentença normativa também esteja representado o empregador;

7.71.2.2. nos demais casos: a do sindicato da atividade preponderante da empresa.

7.71.2.3. para as demais categorias abrangidas pelo contrato: a do sindicato da atividade preponderante da empresa.

7.71.2.4. A repactuação dos demais custos relativos à mão de obra terá como base o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada (ou seja, aquele instrumento apresentado pela empresa no momento da licitação).

## **Cessão de Crédito**

7.72. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.[A29]

7.72.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.72.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.72.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.72.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.[A30]

7.73. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.[A31]

## **Conta-Depósito Vinculada**

7.74. Para tratamento do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS por parte do Contratado, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05 /2017, aplicável por força do art. 1º da IN SEGES/ME nº 98, de 2022, são as estabelecidas neste Termo de Referência.

7.75. Na presente contratação, a conta-depósito vinculada é isenta de tarifas bancárias.

7.76. O futuro Contratado deve autorizar a Administração Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

7.77. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

7.78. O Contratado autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados à execução do contrato, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pelo Contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, e que somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

7.79. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da contratação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

7.79.1. 13º (décimo terceiro) salário;

7.79.2. Férias e um terço constitucional de férias;

7.79.3. Multa sobre o FGTS; e

7.79.4. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

7.80. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.

7.81. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta contratação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

7.82. Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital Termo de Referência que sejam retidos por meio da conta-depósito deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

7.83. O Contratado poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

7.84. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

7.85. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

7.86. O Contratado deverá apresentar ao Contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

7.87. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017.

## 8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2. 3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta)** dias.

8.2.4.1.1. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,1% (um décimo por cento) a 0,15% (quinze décimos por cento) do valor total da contratação.

8.2.4.1.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.1.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,1% (um décimo por cento) a 0,20% (vinte décimos por cento) do valor total da contratação;

8.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 0,1% (um décimo por cento) a 1% (um por cento) do valor total da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 1% (um por cento) a 2% (dois por cento) do valor total da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 4% (quatro por cento) a 6% (seis por cento) do valor total da contratação.

8.2.4.7. Após a apuração final do valor de multa compensatória, caso o percentual sobre o valor contratual total seja inferior a 0,1% (um décimo por cento), o valor a ser devido a título de multa será de 0,1% (um décimo por cento) do valor contratual total. Caso o percentual sobre o valor contratual total seja superior a 6% (seis por cento), o valor a ser devido a título de multa será de 6% (seis por cento) do valor contratual total.

8.2.4.8. Será utilizada a planilha de cálculo de dosimetria constante no Anexo III deste Termo de Referência e conforme IN SSC/MGI nº 217, de 23 de dezembro de 2024.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar

confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. . As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## 9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### Regime de Execução

9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço global.

### CrITÉRIOS de aceitabilidade de preços

9.3. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

9.3.1. O interessado que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade;

9.4. Por se tratar de serviços contínuos executados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, somente serão aceitas, nos termos do edital, propostas que adotem, na planilha de custos e formação de preços, valores iguais ou superiores aos orçados pela Administração para as seguintes parcelas, conforme estimativa baseada na Convenção Coletiva de Trabalho SINDUSCONSP x SINTRACONSP - Data Base Maio/2025, utilizado(a) como paradigma:

a) salário-base e adicionais de periculosidade ou de insalubridade, nos valores mínimos contidos na coluna "SALÁRIO-BASE + ADICIONAIS) da tabela abaixo;

DESCRIÇÃO DO POSTO DE TRABALHO	CBO	SALÁRIO-BASE	ADICIONAL PERICULOSIDADE (30% SALÁRIO BASE)	ADICIONAL INSALUBRIDADE (20% SALÁRIO MÍNIMO)	SALÁRIO-BASE + ADICIONAIS
Base: Capital					
Gerente de	2142-05				

P1	manutenção - Engenheiro Civil ou Eletricista	(civil) ou 2143-05 (eletricista)	R\$ 13.778,50	R\$ -	R\$ -	R\$ 13.778,50
P2	Supervisor de Manutenção	3131-15	R\$ 3.192,69	R\$ 957,81	R\$ -	R\$ 4.150,50
P3	Técnico de edificações	3121-05	R\$ 3.192,69	R\$ -	R\$ -	R\$ 3.192,69
P4	Técnico Mecânico (Refrigeração)	3141-15	R\$ 3.192,69	R\$ -	R\$ 324,20	R\$ 3.516,89
P5	Mecânico de climatização e refrigeração	7257-05	R\$ 2.664,75	R\$ -	R\$ 324,20	R\$ 2.988,95
P6	Encanador / Bombeiro hidráulico	7241-10	R\$ 2.664,75	R\$ -	R\$ 324,20	R\$ 2.988,95
P7	Marceneiro	7711-05	R\$ 2.664,75	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.664,75
P8	Serralheiro	7244-40	R\$ 2.664,75	R\$ -	R\$ 324,20	R\$ 2.988,95
P9	Pintor	7166-10	R\$ 2.664,75	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.664,75
P10	Pedreiro	7152-10	R\$ 2.664,75	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.664,75
P11	Eletricista de manutenção geral	9511-05	R\$ 2.664,75	R\$ 799,43	R\$ -	R\$ 3.464,18
P12	Assistente Administrativo	4110-10	R\$ 2.664,75	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.664,75
P13	Auxiliar de almoxarifado	4141-05	R\$ 2.189,97	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.189,97

	Base: Interior					
P14	Supervisor de Manutenção	3131-15	R\$ 3.192,69	R\$ 957,81	R\$ -	R\$ 4.150,50
P15	Mecânico de climatização e refrigeração	7257-05	R\$ 2.664,75	R\$ -	R\$ 324,20	R\$ 2.988,95
P16	Encanador / Bombeiro hidráulico	7241-10	R\$ 2.664,75	R\$ -	R\$ 324,20	R\$ 2.988,95
P17	Pintor	7166-10	R\$ 2.664,75	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.664,75
P18	Pedreiro	7152-10	R\$ 2.664,75	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.664,75
P19	Eletricista de manutenção geral	9511-05	R\$ 2.664,75	R\$ 799,43	R\$ -	R\$ 3.464,18
P20	Assistente Administrativo	4110-10	R\$ 2.664,75	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.664,75

b) auxílio-alimentação, no valor de R\$ 31,80 (trinta e um reais e oitenta centavos) por dia trabalhado no mês; e

c) benefícios de natureza trabalhista ou social que contemplem todos os trabalhadores representados pelo sindicato laboral, a saber:

i) seguro de vida em grupo, tendo como beneficiários aqueles legalmente identificados juntos ao INSS, com, no mínimo, as seguintes coberturas:

i.a) R\$ 71.826,86 (setenta e um mil oitocentos e vinte e seis reais e oitenta e seis centavos) de indenização por morte ou invalidez permanente, total ou parcial, do(a) empregado(a) causada por acidente, independentemente do local ocorrido;

i.b) R\$ 26.935,06 (vinte e seis mil novecentos e trinta e cinco reais e seis centavos) de indenização por morte natural;

i.c) R\$ 5.387,03 (cinco mil trezentos e oitenta e sete reais e três centavos) em caso de falecimento do cônjuge do empregado segurado e/ou filho até 21 anos de idade, desde que solteiro; e

i.d) R\$ 3.231,88 (três mil duzentos e trinta e um reais e oitenta e oito centavos) para auxílio funeral.

9.4.1. Não serão considerados custos unitários mínimos relevantes quaisquer valores previstos em Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo que não contemplem todos os trabalhadores representados pelo sindicato laboral;

9.4.2. Em caso de divergência entre os valores considerados no orçamento da Administração e os valores constantes da norma coletiva do licitante, a proposta deverá considerar o maior valor entre ambos;

9.4.3. Os valores orçados pela Administração constam da planilha de custos e formação de preços, constante no Anexo IV deste Termo.

## **Exigências de habilitação**

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

### **Habilitação jurídica**

9.6. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;[A9]

9.7. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.9. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A10]

9.10. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.11. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.13. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.14. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

(PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.21. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;[A12]

9.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**Qualificação Econômico-Financeira**

9.24. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.25. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.26. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.27. Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação para o período de doze meses, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social; e

9.27.1. Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação para o período de doze meses, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social;

9.28. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.29. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.30. Declaração do fornecedor, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo VIII deste Termo de Referência, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do interessado, observados os seguintes requisitos:

9.30.1. a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

9.30.2. caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o fornecedor deverá apresentar justificativas.

9.31. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

### **Qualificação Técnica**

9.32. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.32.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme Modelo de Declaração de Conhecimento das Condições da Contratação constante no Anexo VI deste Termo.

9.32.2. Caso o licitante tenha optado por realizar vistoria, há o Modelo de Termo de Declaração de Vistoria Técnica no Anexo VII deste Termo.

9.33. Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade. A empresa licitante e os seus responsáveis técnicos que não sejam registrados/inscritos no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) do Estado de São Paulo, em atenção à Resolução nº 1.121, de 13 de dezembro de 2019, deverão apresentar DECLARAÇÃO de que, na ocasião da assinatura do contrato, entregarão os respectivos Vistos, ou os respectivos Registros deste órgão regional quando a atividade exceder o prazo de 180 (cento e oitenta) dias de execução.

9.33.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

### **Qualificação Técnico-Operacional**

9.34. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de Certidão de Acervo Operacional - CAO emitida pelo CREA, de acordo com a Resolução Confea n.º 1.137, de 31 de março de 2023.

9.34.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.34.1.1. contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 3 (três) anos do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

9.34.1.2. **contrato(s) que comprove(m) a execução, pelo fornecedor, de serviços envolvendo até 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados, ou seja, deverão ser apresentadas comprovações de contratos com, no mínimo, 17 (dezesete) postos de trabalho;**

9.34.1.3. Comprovação que já executou contrato(s) de prestação de manutenção de instalações e redes elétricas de baixa tensão; manutenção de instalações hidrossanitárias e civis; manutenção de redes lógicas de cabeamento estruturado; manutenção em instalações de ar-condicionado; e manutenção em sistema de detecção e alarme de incêndio; e

9.34.1.4. Comprovação que já executou contrato(s) de prestação de serviços de manutenção predial e de ar-condicionado em, no mínimo, 10 (dez) edificações diferentes, com somatório de área construída maior ou igual a 18.000 m<sup>2</sup> (dezoito mil metros quadrados), por um período contratual mínimo de 12 (doze) meses.

9.34.2 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.34.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.34.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.34.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.35. Declaração de que o fornecedor possui ou instalará escritório nos termos dos itens 4.45 a 4.51 deste Termo de Referência, o que deverá ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado a partir da vigência do contrato.

9.36. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.37. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

### **Qualificação Técnico-Profissional**

9.38. Apresentação do(s) profissional(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

9.38.1. Para o Engenheiro Civil: serviços de: manutenção de instalações hidrossanitárias e sistemas civis;

9.38.2. Para o Engenheiro Eletricista: serviços de manutenção de instalações e redes elétricas de baixa tensão; e manutenção de redes lógicas de cabeamento estruturado;

9.38.3. Para o Engenheiro Mecânico: serviços de manutenção de instalações/equipamentos de sistemas de refrigeração (ar-condicionado).

9.38.4. O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021)

9.39. Apresentação da relação de compromissos assumidos e pendentes de cumprimento pelo fornecedor, que importem em diminuição da disponibilidade dos profissionais indicados no item anterior, conforme modelo constante no Anexo VIII deste termo.

9.40. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do **caput** do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

9.41. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.42. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.43. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.44. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.45. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.46. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 24.336.688,80 (vinte e quatro milhões, trezentos e trinta e seis mil seiscentos e oitenta e oito reais e oitenta centavos) conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima e na Planilha de Custos e Formação de Preços constante no Anexo IV deste Termo.**

## **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Procuradoria Regional da Fazenda Nacional (PRFN3)

- I) Gestão/unidade: 170008;
- II) Fonte de recursos: [...];
- III) Programa de trabalho: 171524
- IV) Elemento de despesa: 339039
- v) . Plano interno: PGMANIM2000

Superintendência do Patrimônio da União (SPU/SP)

- I) Gestão/unidade: 170151
- II) Fonte de recursos: 1033
- III) Programa de trabalho: 2301
- IV) Elemento de despesa: 3.3.90.39
- v) . Plano interno: 4620U402SPU

Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE/SP)

- I) Gestão/unidade: 400082;
- II) Fonte de recursos: 1000A002TQ;
- III) Programa de trabalho: 235735;
- IV) Elemento de despesa: 339039; e
- v) . Plano interno: S6402SRA

11.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

12.2 Integram este Termo de Referência, os seguintes anexos:

12.2.1 Anexo I - Estudo Técnico Preliminar (SEI 59163593)

12.2.2. Anexo II - Instrumento de Medição de Resultado (IMR) (SEI 57265501)

12.2.3. Anexo III - Planilha de Dosimetria de Sanção (SEI 57265641)

12.2.4. Anexo IV - Planilha de Custos e Formação de Preços - valor referencial (SEI 60888772)

12.2.5. Anexo V - Planilha de Custos e Formação de Preços - em branco (SEI 60889170)

12.2.6. Anexo VI - Modelo de Declaração do Conhecimento (SEI 59001513)

12.2.7. Anexo VII - Modelo de Declaração de Vistoria (SEI 59001597)

- 12.2.8.Anexo VIII - Modelo de Compromissos Assumidos (SEI 57266277)
- 12.2.9.Anexo IX - Modelo de Instalação de Escritório (SEI 57450232)
- 12.2.10.Anexo X - Modelo de Autorização para a Utilização da Garantia e de Pagamento Direto (SEI 57450252)
- 12.2.11.Anexo XI - Minuta do Termo de Cooperação Técnica com Instituição Financeira (SEI 57451099)

São Paulo/SP, 4 de maio de 2026.

13. ANEXO I

não se aplica

14. ANEXO II

não se aplica

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**CELSO FERNANDES**

Chefe da Seção de Engenharia e Manutenção Predial



Assinou eletronicamente em 04/05/2026 às 12:08:15.

**MARGARETE PEREIRA**

Chefe do Serviço de Licitações e Contratos



Assinou eletronicamente em 04/05/2026 às 12:10:30.

**ALINE FERREIRA CAJUHI**

Chefe da Divisão de Administração e Logística



*Assinou eletronicamente em 04/05/2026 às 12:00:18.*

Despacho: Assinado eletronicamente via Sistema SEI

**DONIZETI DE CARVALHO ROSA**

Autoridade competente